

PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS TRABALHADORES FORMAIS DO SETOR AGROPECUÁRIO DOS ESTADOS DA BAHIA E DO CEARÁ (1998/2010)

José Ediglê Alcantara Moura - genur@yahoo.com.br
Maria Jeanne Gonzaga de Paiva - jeannepaiva@hotmail.com

* Submissão em: 15/10/2017 | Aceito em: 20/11/2018

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo comparar o perfil socioeconômico dos trabalhadores formais do setor agropecuário nos estados da Bahia e Ceará no período de 1998 e 2010. Metodologicamente, utiliza-se uma revisão da literatura, descritiva e explicativa acerca da mecanização agropecuária e seus desdobramentos no emprego formal, utilizam-se os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para os anos de 1998 e 2010. Os principais resultados apontam que 89,06% dos ocupados da Bahia são homens contra 87,68% no Ceará, com idade predominante de 30 a 39 anos em ambos os Estados. Apesar dos cearenses terem mais anos de estudo, recebiam menores salários que os baianos, contrariando a teoria do capital humano. Todavia, a rotatividade é elevada nos dois Estados em estudo, sendo mais intensa para o Ceará.

Palavras-chaves: Setor agropecuário. Ocupados formais. Bahia. Ceará.

SOCIO-ECONOMIC PROFILE OF TRAINING WORKERS OF THE AGRICULTURAL SECTOR OF THE STATES OF BAHIA AND CEARÁ (1998/2010)

ABSTRACT

The objective of this research is to compare the socioeconomic profile of the formal workers of the agricultural sector in the states of Bahia and Ceará in the period of 1998 and 2010. Methodologically, a literature review is used, descriptive and explanatory about agricultural mechanization and its unfolding in the Formal employment, data from the Annual Social Information Report (RAIS) of the Ministry of Labor and Employment (MTE) are used for the years 1998 and 2010. The main results indicate that 89.06% of the employed in Bahia are men against 87.68% in Ceará, with prevailing age of 30 to 39 years in both States. Although cearians had more years of study, they received lower salaries than the bahians, contrary to the theory of human capital. However, turnover is high in the two States under study, and is more intense for Ceará.

Keys words: Agricultural sector. Formal occupied. Bahia. Ceará.

1 INTRODUÇÃO

Caracterizada como a região mais seca e com baixa produtividade dos fatores empregados na agricultura, o Nordeste brasileiro tem-se configurado no cenário nacional como dependente de políticas públicas que objetivem amenizar os gargalos socioeconômicos provenientes de seu contexto histórico.

Desde a perda do dinamismo colonial baseado na atividade açucareira, o Nordeste brasileiro não experimentou nenhuma outra atividade de grande rentabilidade. As principais explicações do entrave para o desenvolvimento econômico nessa região fundamentam-se em: atividades agrícolas historicamente vinculadas ao mercado externo, áreas onde predominavam atividades de exploração pecuária extensiva, concentração fundiária e hídrica, predominância do capital mercantil além da baixa produtividade nos fatores de produção.

A partir das políticas de desenvolvimento regional pautadas na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e com maior ênfase a partir da segunda metade da década de 1970 através das ações II Plano Nacional de Desenvolvimento do Nordeste (II PND) percebe-se uma relativa amenização dos determinantes históricos da colonização regional, através da execução de grandes projetos de infraestrutura que permitiam melhor adaptação do nordestino no meio em que vive.

Assiste-se a partir de então, a formação de “ilhas de produtividade” através da dinamização dos polos irrigados, espraiamento do agronegócio com base na irrigação, no qual se integrou de maneira bastante favorável as vantagens competitivas regionais, a exemplo das condições de clima e luminosidade que adentram o Nordeste, considerados pontos de grande valia para o desenvolvimento de segmentos agroindustriais com vistas especialmente ao mercado externo (LIMA JÚNIOR, 2014; SOUSA, 2010).

Dessa forma, percebe-se no Nordeste brasileiro, a redução das atividades monocultoras na participação dos postos de trabalho, e acentuada dinamização de áreas potenciais como: os vales úmidos em encostas de serras banhadas por rios, que passam a permitir a utilização de irrigação sob processo de fruticultura irrigada, uma vez que ao promover ganhos de produtividade acabam por deteriorar as relações assalariadas presentes no meio rural (VALE ET AL, 2010).

A hipótese deste trabalho é que a atividade agropecuária tem elevado a oferta de postos de trabalho no Nordeste brasileiro, no entanto as avaliações empíricas¹ apontam elevada precarização do emprego formal agropecuário evidenciado através dos baixos salários, alta sazonalidade e rotatividade significativamente acentuada, o que acaba por provocar instabilidade econômica e redução na qualidade de vida dos trabalhadores em tal setor. A pesquisa apresenta como objetivo comparar o perfil socioeconômico dos trabalhadores formais na agropecuária nos estados da Bahia e Ceará no período de 1998 e 2008.

¹ Serão analisadas variáveis para designar o perfil socioeconômico dos trabalhadores formais na agropecuária através da RAIS/MTE. Vale frisar que erros e omissões são de inteira responsabilidade dos autores.

Para atingir tal objetivo, o artigo está assim estruturado: Introdução, na segunda seção, um breve retrospecto acerca da modernização agrícola e seus impactos no mercado de trabalho rural; na terceira, objetiva-se através de uma avaliação empírica, traçar e comparar o perfil socioeconômico dos trabalhadores formais na agropecuária nos estados da Bahia e Ceará.

2 METODOLOGIA

2.1- Área de estudo

O estado da Bahia localizado é mais populoso da região Nordeste. Situa-se ao sul dessa região e faz divisa com oito estados: Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Piauí ao norte, Minas Gerais e Espírito Santo ao sul, Goiás e Tocantins a Oeste. Ao leste, faz divisa com o Oceano Atlântico. Logo, a Bahia é o estado que mais faz divisa com outras unidades da federação. Tem uma área geográfica de 564.692,669 km², o que corresponde a 35,24% da Região Nordeste e a 6,63% do total do Brasil. Segundo os dados demográficos de 2010, este estado possui um total de 14.016.906 habitantes, distribuídos em uma densidade demográfica de 24,82 hab./km² e taxa de urbanização de 72,07% da área total ocupada (IBGE, 2010).

O estado do Ceará também está localizado na região Nordeste do Brasil, limita-se ao norte com o Oceano Atlântico, ao sul com o estado do Pernambuco, a leste com os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba e ao oeste com o estado do Piauí. Tem uma área geográfica de aproximadamente 148.825,6 km², que corresponde a 9,57% da área total da região Nordeste e a 1,74% do total do Brasil. Segundo os dados demográficos de 2010, este estado possui um total de 8.448.054 pessoas, distribuídas em uma densidade demográfica de 56,76 hab./km² e taxa de urbanização de 75,09% da área total ocupada (IBGE, 2010).

2.2- Caracterização dos métodos analíticos

Para atender o objetivo proposto nesse trabalho, foram adotados os métodos, descritivo e explicativo. O primeiro descreve as características do tema proposto, a partir da evolução e caracterização do setor agropecuário nordestino, mediante revisão da literatura. Segundo Gil (2010), a abordagem metodológica explicativa tem como objetivo complementar o método explicativo, por meio da análise das estatísticas que levam à obtenção dos resultados, servindo como base de sustentação dos conhecimentos expostos. Dessa maneira, foram utilizados o estudo e tabulação das principais variáveis concernentes ao perfil socioeconômico do trabalhador do setor agropecuário, baiano e cearense.

2.3- Base de dados e descrição das variáveis

Os dados são oriundos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), referentes ao período cronológico que compreende os anos de 1998 e 2010. Apesar das limitações, uma vez que cobre apenas o mercado de trabalho formal, capta de forma eficiente as características socioeconômicas dos trabalhadores com vínculo formal e regulamentado (celetista, estatutário, temporário e avulso regulamentado).

A referida base apresenta a vantagem de ter abrangência nacional, inclusive municipal, e com imensa dispersão de variáveis que designam o perfil socioeconômico dos trabalhadores, captando a evolução, oscilação e/ou redução dos postos formais de trabalho no decorrer do tempo, uma vez que possui periodicidade anual.

Foram utilizadas um total de sete variáveis: número de estabelecimentos e empregos formais por setor de atividade, número de ocupados formais no setor agropecuário segundo sexo, faixa etária, grau de instrução, tempo de serviço e faixa de remuneração.

A escolha das variáveis selecionadas para este estudo teve por base os trabalhos que abordam o perfil socioeconômico do trabalhador formal, entre eles: Fiori e Xavier Sobrinho (2012); Vale *et al* (2010); Balsadi (2009); Arrais *et al* (2008); Santos e Moreira (2006), dentre outros.

3- DINÂMICA ECONÔMICA: DA MODERNIZAÇÃO AGROPECUÁRIA À PRECARIZAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO

A agropecuária do Nordeste é caracterizada na literatura como atrasada e de baixa produtividade, tendo como principal ponto de estrangulamento as condições climáticas que afugentam essa região, expelindo milhares de sertanejos para os grandes centros urbanos, acentuando o *gap* entre o meio rural e urbano (BRITO, 1999; CARNEIRO, 1982).

O ponto de partida para o desenvolvimento do Nordeste originou-se a partir da constituição do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), no qual diagnosticou as causas do obsolescência regional, extrapolando a questão climática através do planejamento estatal e na determinação das dotações dessa região como forma de superar o subdesenvolvimento mediante modernização da agricultura, ampliação da oferta de infraestrutura, e constituição de uma estrutura industrial competitiva (CARVALHO, 2008; GTDN, 2005).

Segundo Araújo (2000) foi com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que as grandes modificações na estrutura econômica do Nordeste tornam-se evidentes, mediante forte

atuação do Estado em busca da redução das disparidades regionais existentes e consolidação de uma economia moderna com implantação de novos setores, criação e adaptação de tecnologias como forma de integração ao mercado interno e externo.

Nessa proposta desenvolve-se através das vantagens competitivas em fatores que lhe são abundantes (mão-de-obra e recursos naturais) a difusão de “ilhas de prosperidade” em meio a áreas periféricas (PACHECO, 1998).

Nesse sentido, a atuação do setor público seja provendo a infraestrutura de irrigação de forma subsidiada, seja através dos incentivos fiscais e creditícios têm contribuído para formação de “polos dinâmicos”, a exemplo do complexo agroindustrial de Petrolina/Juazeiro no Vale do São Francisco, Cerrados do Oeste baiano, Vale do Açúcar no Rio Grande do Norte, áreas destaques na utilização racional dos recursos hídricos² com produção de *commodities* direcionadas especialmente ao mercado externo (LIMA, 2005).

O problema do atraso socioeconômico da região Nordeste passou da associação das características físicas (secas) baseado em um regime de monocultura da cana-de-açúcar, subemprego e subcapitalização para o início de uma transformação econômica pautada na complementaridade entre indústria e agricultura (LIMA JÚNIOR, 2014).

Os principais achados do processo de modernização agrícola datam a partir do final da década de 1950, em que o Estado nacional se viu diante da necessidade de implantar políticas que beneficiassem a agricultura nacional mediante as ações do Plano de Metas (1956-1961) que procuravam dentre os desafios distribuídos no tripé, adequar a oferta interna de alimentos e matérias primas.

Nessa etapa merece destaque um momento particular, referente ao período 1968-73, caracterizado pelo *milagre econômico*, onde se assistiu na indústria brasileira forte elevação do setor de bens intermediários e de capital que cresceram com base na capacidade ociosa e nas condições externas favoráveis, na qual permitiu a exportação de gêneros agrícolas, contribuindo para estimular os investimentos modernizantes (GREMAUD; VASCONCELOS; TONETO Jr.; 2002). Este crescimento industrial ao favorecer a expansão dos salários médios, pressionou a demanda por alimentos, impulsionando consequentemente a modernização agrícola.

² Outro fator importante para o sucesso da produção na agricultura irrigada é o clima da região Nordeste, em que, até antes dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho Para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) era considerado o principal gargalo que impedia a prosperidade de tal região. Brito (1999) vem afirmar que o clima semiárido com altas temperaturas em praticamente o ano inteiro torna possível, dependendo do gênero agrícola, a colheita de mais de uma safra por ano, o que permite um retorno maior do capital fixo investido.

Procurou-se superar os gargalos no setor agropecuário do país através de políticas orientadas para otimização das técnicas produtivas mediante financiamento para aquisição de máquinas, e insumos agrícolas que melhorassem a infraestrutura através da integração da agricultura à dinâmica econômica capitalista (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Só a partir de meados de 1960, a agricultura passou por uma interdependência em relação à indústria, mediante uma estrutura complexa, heterogênea, constituída por vários segmentos: os complexos agroindustriais (CAIs), que contribuíram para gerar um *trade-off* entre volume de produção e o total de ocupações (GRAZIANO DA SILVA, 1998; MULLER, 1982).

Dessa forma, na busca pelo crescimento acelerado da economia brasileira foram identificados no atrasado da agricultura, um empecilho para o desenvolvimento econômico nacional. O setor agropecuário e diversificou relativamente sua base técnica mediante expansão da fronteira agrícola e introdução de novas máquinas para atingir ganhos expressivos de produtividade (GOMES, 2010; GRAZIANO DA SILVA, 2001; TEIXEIRA, 2005).

Essa dinâmica passou por um processo de inflexão através do arrefecimento do crescimento econômico nos anos 1980, resultante da crise econômica desencadeada pela elevação do endividamento externo, associada à impossibilidade de obtenção de saldo de divisas através das exportações no contexto de restrição do crédito internacional, crescente instabilidade inflacionária que repercutiu negativamente na agropecuária nacional, uma vez que as políticas para esse setor tornaram-se mais tímidas com redução do crédito e eliminação dos subsídios (VALOIS, 2012).

As transformações econômicas e estruturais ocorridas no Brasil na década de 1990, resultados da intensa absorção dos princípios neoliberais com adoção do processo de abertura comercial, redimensionamento do papel do Estado na economia, reestruturação dos processos de produção, e novos métodos de organização do trabalho foram significativamente impactantes no setor agrícola brasileiro, no qual passou a se configurar como capital/intensivo (BELIK *ET AL*, 2003).

O Governo Collor no início dos anos 1990 conduziu a política macroeconômica com vistas a uma nova inserção internacional da economia brasileira com intuito de servir de curto prazo para a estabilização econômica, em detrimento, setores tradicionais como a agropecuária, que passaram por acentuada redução do emprego formal, uma vez que a entrada de produtos concorrentes de larga escala, produzidos com alta tecnologia contribuíram para a mecanização do trabalho agrícola e conseqüentemente para a precarização do emprego no meio rural do país (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Belik *et al.* (2003) acrescentam que estabilização macroeconômica alcançada com o Plano Real ancorada no câmbio sobrevalorizado culminou na desestruturação do setor agropecuário brasileiro, reduzindo o número de ocupados em culturas que demandavam mão-de-obra em larga escala em seu processo produtivo.

Por outro lado, segundo Valois (2012) a autora destaca que a drástica valorização cambial no início do Plano Real constituiu um fator de incremento das importações de máquinas e insumos agrícolas, deteriorando a balança comercial, porém paradoxalmente contribuindo para a estabilização dos preços internos.

Na primeira década do século XXI, todos os setores da atividade econômica apresentaram desempenho significativo na geração de empregos formais, e nessa conjuntura o ano de 2010 apresentou como se destaca este resultado:

O resultado do setor agropecuário consistente com a expansão anual de 11,6% da safra de grãos e com aumentos respectivos de 8,5%, 7,7% e 3,8% nos abates de bovinos, aves e suínos, em relação a igual intervalo do ano anterior. O desempenho do setor industrial refletiu, em especial, as elevações nas indústrias extrativa, 15,7% da construção civil, 11,6%; e de transformação, 9,7%. A evolução anual do setor de serviços foi impulsionada, fundamentalmente pelo dinamismo dos segmentos comércio, 10,7%; transporte, armazenagem e correio, 8,9%; e intermediação financeira, seguros, previdência e serviços relativos, 10,7%. (BOLETIM DO BANCO CENTRAL, 2010, p.7).

Diante do desempenho favorável do setor agropecuário, este vem aumentando a participação absoluta da mão-de-obra formal nos postos de trabalho de forma bastante acanhada em comparação aos demais setores da atividade econômica (SILVA FILHO e QUEIROZ, 2014).

São detectados sérios rebatimentos no mercado de trabalho rural, como desemprego tecnológico, emigração da mão-de-obra para as cidades de médio e grande porte, impactando em um fenômeno de esvaziamento rural e seletividade na contratação da mão-de-obra mediante mecanização do trabalho agrícola (VALE *ET AL.*, 2010; BALSADI, 2009; BELIK *ET AL.*, 2003;).

4- COMPORTAMENTO DO EMPREGO FORMAL DO SETOR AGROPECUÁRIO: COMPARATIVO ENTRE BAHIA E CEARÁ-1998/2010

4.1.1- Evolução dos estabelecimentos formais por setor de atividade econômica

Segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) destaca-se na tabela 01, que no estado da Bahia é elevada participação relativa no setor de comércio, que corresponde por 40,09% do total de estabelecimentos em 1998, vindo a aumentar em 2010 para 46,36% , implicando

variação absoluta positiva de 126,5%. Para o estado do Ceará, o comércio também lidera participação relativa no total de estabelecimentos passando de 41,30% em 1998 para 47,21% em 2010 implicando variação de 138,48%.

Para o setor industrial, em ambos os estados analisados percebe-se queda na participação relativa no total de empreendimentos no período 1998/2010. O Estado da Bahia que tinha em 1998, 7,43% da participação total reduz em 2010 para 6,46%. O Ceará apresentou a mesma dinâmica com queda de 13,95% para 12,48% no período analisado, considerando a participação percentual do total de unidades produtivas. Os resultados empíricos para o setor industrial nos permitem avaliar que a perda relativa de unidades produtivas, principalmente para setores de comércio e serviços.

Tabela 01: Número de estabelecimentos formais segundo setor de atividade econômica:
Bahia e Ceará-1998/2010

SETORES IBGE	BA				CE				VAR	VAR
	1998	(%)	2010	(%)	1998	(%)	2010	(%)	(%) BA	(%) CE
Extrativa mineral	196	0,24	394	0,25	102	0,27	146	0,19	101,02	43,14
Indústria de transformação	5.964	7,43	10.159	6,46	5.194	13,95	9.698	12,48	70,34	86,72
Serviços Indu. de Utilil. Púb.	335	0,42	244	0,15	110	0,29	159	0,20	-27,16	44,54
Construção Civil	2.831	3,53	6.348	4,04	1.631	4,38	4.546	5,85	124,23	178,72
Comércio	32.167	40,09	72.886	46,36	15.380	41,30	36.678	47,21	126,59	138,48
Serviços	27.599	34,39	49.797	31,68	13.640	36,63	24.866	32,00	80,43	82,30
Administração Pública	663	0,83	998	0,63	415	1,11	528	0,68	50,53	27,23
Agropecuária	10.292	12,83	16.344	10,39	688	1,85	1.086	1,39	58,80	57,85
{ñ classificado}	225	0,28	0	0,00	76	0,20	0	0,00	0,00	0,00
TOTAL	80.242	100	157.170	100	37.236	100	77.695	100	95,87	108,65

Fonte: RAIS/MTE (1998/2010). Elaborado pelos autores.

Conforme a Tabela 01 para o setor agropecuário, alvo dessa pesquisa, pode-se afirmar que em 1998, o estado baiano detinha de 12,83% na participação do total de estabelecimentos vindo a cair em 2010 para 10,39%, em termos absolutos os estabelecimentos aumentam de 10.229 para 16.344 implicando variação de 58,50%.

No caso do Ceará ocorre uma queda percentual na participação de estabelecimentos do setor agropecuário passando de 1,85% em 1998 para 1,39% em 2010, em termos absolutos tem-se a passagem de 688 para 1.086 unidades produtivas no período analisado, implicando uma variação positiva de 57,85%. Os resultados empíricos para o setor agropecuário nos dois Estados em estudo

permitem avaliar que houve queda percentual na participação no total de estabelecimentos na economia nordestina.

4.1.2- Evolução do Emprego Formal por setor de atividade econômica

No que se concerne à evolução dos postos de trabalho formais nos setores de atividade econômica percebemos que em 1998 no estado da Bahia, o setor de serviços é o que mais emprega (33,53%) do total de postos de trabalho, provavelmente tal explicação é decorrente do avanço da reestruturação produtiva, a partir do desenvolvimento tecnológico que busca a otimização da produção nos diversos setores da atividade econômica.

Em 2010, os serviços industriais de utilidade pública lideram participação na geração de empregos formais 86,03%. No caso da indústria de transformação, percebe-se que a Bahia sofreu a maior variação percentual de 164,95%, a maior entre os setores detalhados, uma vez que passa de 84.729 ocupados formais para 224.490 trabalhadores no período 1998/2008. O Ceará aumenta a participação relativa de ocupados de forma bem tímida passando de 18,81% para 18,96%, enquanto que na Bahia o aumento é de 7,98% para 10,52% no período analisado.

O setor da construção civil é destaque pelas maiores taxas de crescimento de 164,75% e 142,17% na Bahia e Ceará respectivamente no período 1998/2010. Provavelmente tal aumento no volume de empregos formais, tanto em termos absolutos quanto relativos decorre da expansão da capacidade produtiva nacional e dos grandes projetos de infraestrutura, a exemplo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Tabela 02: Número de empregos formais segundo setor de atividade econômica: Bahia e Ceará-1998/2010

Setores IBGE	BA				CE				VAR	
	1998	(%)	2010	(%)	1998	(%)	2010	(%)	BA	CE
Extrativa mineral	4.725	0,44	12.924	0,61	1.969	0,31	2.654	0,20	173,52	34,79
Indústria de transformação	84.729	7,98	224.490	10,52	121.393	18,81	25.1357	18,96	164,95	107,06
Serviços ind. de utilid. pública	12.006	1,13	18.360	86,03	4.335	0,67	7187	0,54	52,92	65,79
Construção civil	57.969	5,46	153.474	7,19	31.372	4,86	75.973	5,73	164,75	142,17
Comércio	154.160	14,51	338.218	15,85	789.64	12,23	209.548	15,81	119,39	165,37
Serviços	356.202	33,53	643.319	30,14	179.565	27,82	369.096	13,26	80,61	105,56
Administração pública	34.1872	32,18	61.1843	28,79	21.7958	33,77	38.7697	29,24	78,87	77,88

Agropecuária	50.03 4	4,71	86.60 4	4,06	9.775	1,51	2228 0	1,68	73,09	127,9 3
{ñ classificado}	637	0,06	0	0,00	161	0,02	0	0,00	0,00	0,00
Total	106.2 334	100	213.4 232	100	645.4 92	100	132.5 792	100	100,9 0	105,3 9

Fonte: RAIS/MTE (1998/2010). Elaborado pelos autores.

A Tabela 02 revela que no caso do setor agropecuário, os ocupados formais seguem a tendência de queda na participação do total de postos de trabalho. No estado baiano em 1998, 50.034 trabalhadores estavam ocupados na agropecuária, representando uma participação relativa de 4,71%, em 2010, esse percentual tende a se reduzir para 4,06% com um total de 86.604 trabalhadores. Esses dados mostram que o emprego formal no setor agropecuário vem apresentando queda relativa no total das ocupações formais, provavelmente em razão da atuação do setor agropecuário atuar significativamente em segmentos de fruticultura irrigada, atuando sob processos capital/intensivo.

No caso do Ceará, o setor agropecuário apresentou passagem em números absolutos de 9775 para 22.280 ocupados formais no período 1998/2010 implicando variação positiva de 127,93%. Ao contrário da Bahia, provavelmente pela menor incidência da modernização agrícola e pela maior dispersão da agricultura familiar, a participação relativa tem aumentado, mesmo de forma tímida, passando de 1,51% em 1998 para 1,68% em 2010.

4.1.3- Sexo dos Trabalhadores

A análise empírica por sexo mostra que em 1998 havia 43.974 trabalhadores empregados no setor agropecuário no estado baiano, sendo que 87,89% são do sexo masculino e 12,11% do sexo feminino. Em 2010 a participação de homens reduz levemente para 87,68% e das mulheres aumenta para 12,32% na Bahia.

O estado do Ceará contava em 1998 com um total de 9.775 trabalhadores formais no setor agropecuário, dos quais 82,55% são do sexo masculino contra 17,45% do sexo feminino, e em 2010 tem movimento paradoxo à Bahia, uma vez que apresenta sensível aumento na participação do sexo masculino (89,06%) e queda na participação feminina (10,94%).

Tabela 03: Número de trabalhadores formais do setor agropecuário segundo sexo, Bahia e Ceará-1998/2010

SEXO	BA				CE			
	1998	(%)	2010	(%)	1998	(%)	2010	(%)
Masculino	43.974	87,89	75.933	87,68	8.069	82,55	19.843	89,06

Feminino	6.060	12,11	10.671	12,32	1.706	17,45	2.437	10,94
TOTAL	50.034	100,00	86.604	100,00	9.775	100,00	22.280	100,00

Fonte: RAIS/MTE (1998/2010). Elaborado pelos autores.

O que prevalece nas ocupações no setor agropecuário em ambos os estados em estudo é uma intensa seletividade por sexo, indicando que a modernização do setor agrícola possibilitou maior acesso a máquinas, implementos e insumos agrícolas, no entanto tornou-se cada vez mais criadora de oportunidades para a força de trabalho masculina.

4.1.4- Faixa Etária

Conforme a Tabela 04, que aborda o total de trabalhadores formais no setor agropecuário por faixa etária, ocorre concentração nos anos de 1998 e 2010, de ocupados na faixa de idade entre 30 a 39 anos, tanto na Bahia quanto no Ceará. Em 1998, o Estado baiano empregava 30,75% dos trabalhadores nessa faixa de idade, e aumenta sua participação relativa em 2010 para 32,59%. No Ceará, a participação dos trabalhadores nessa faixa etária era de 32,14% em 1998 e aumenta levemente para 32,26% em 2010, mas ainda assim é a faixa predominante da maior quantidade de ocupados formais no setor agropecuário em ambos os Estados.

Tabela 04: Total de trabalhadores formais do setor agropecuário por faixa etária, Bahia e Ceará-1998/2010

Faixa Etária	BA				CE			
	1998	(%)	2010	(%)	1998	(%)	2010	(%)
Até 17 anos	556	1,11	142	0,16	107	1,09	47	0,21
18 a 24 anos	8.884	17,76	13.198	15,24	1.501	15,36	4431	19,89
25 a 29 anos	7.960	15,91	16.545	19,10	1.627	16,64	4.460	20,01
30 a 39 anos	15.387	30,75	28.225	32,59	3.142	32,14	7.187	32,26
40 a 49 anos	10.482	20,95	17.942	20,72	2.276	23,28	4.217	18,93
50 a 64 anos	6.223	12,44	10.123	11,69	1.075	10,98	1.696	7,61
65 ou mais	406	0,81	429	0,49	38	0,39	62	0,28
Ignorado	127	0,25	0	0,00	09	0,09	0	0,00
TOTAL	50034	100,00	86.604	100,00	9.775	100,00	22.280	100,00

Fonte: RAIS/MTE (1998/2010). Elaborado pelos autores.

Em contrapartida, o número de trabalhadores na faixa etária até os 17 anos, que já era baixa em 1998, com um total de 556 ocupados na Bahia e um percentual de ordem de 1,11%, diminuiu em 2010 para 142 trabalhadores, com participação de 0,16%. Assim como também para o Ceará, que teve redução de 107 trabalhadores (1,09%) em 1998 para 47 ocupados em 2010, representando 0,21% da massa formal empregada no setor agropecuário.

Para Macambira e Santos (2007), tal redução no número de trabalhadores menores de idade resulta de esforços governamentais, através de incentivos federais, como o Programa Bolsa Família,

instituídos em 2004, por meio da lei nº 110.836, considerados o maior programa de transferência de renda do país, o que reúne um conjunto de programas governamentais lançados anteriormente (Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão-Alimentação) destinados as famílias que dispõem de baixos recursos financeiros.

Outro programa governamental, que também tem contribuído para diminuição do trabalho infantil no país é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), implementado em 1997, reformulado e ampliado em 1999, o PETI, de acordo com Lício (2001), tem por objetivo combater todas as formas de trabalho infantil, promover serviço socioeducativo para crianças e adolescentes, com idade entre 7 a 14 anos, afastadas do trabalho insalubre e degradante, assim como também realizar a inclusão social de suas famílias.

Para as faixas etárias acima de 40 anos, tem-se redução no número de empregados formais na agropecuária em ambos os estados em estudo, sendo que o Ceará passa de 34,45% postos de trabalho em 1998 para 32,9% em 2010. No caso da Bahia acontece a mesma trajetória, ao passar de 34,74% em 1998 para 26,82%. Para os trabalhadores acima de 65 anos o percentual ocupado é pouco significativo em ambos os estados, provavelmente pelos benefícios das aposentadorias rurais.

4.1.5- Grau de Instrução

Com relação ao nível de escolaridade chama atenção o elevado percentual de trabalhadores formais na agropecuária com poucos anos de estudo. Em 1998 tanto na Bahia (85,57%) quanto no Ceará (73,00) a maioria dos trabalhadores empregados na agropecuária tinham até o ensino fundamental incompleto.

Tabela 05: Total de trabalhadores formais na agropecuária, segundo grau de instrução:
Bahia e Ceará-1998/2010

Nível de instrução	BA				CE			
	1998	(%)	2010	(%)	1998	(%)	2010	(%)
Sem instruç. Até fund.incom.	42.814	85,57	57.350	66,22	7.136	73,00	12416	55,71
Fund.comp.até méd.incomp.	2.628	5,25	13.707	15,83	807	8,26	5.227	23,45
Médio compl.até sup.incomp.	3.127	6,25	14.106	16,29	1.265	12,94	4.215	18,91
Superior completo	960	1,92	1.441	1,66	554	5,67	422	1,89
Ignorado	505	1,01	0	0,00	13	0,13	0	0,00
TOTAL	50.034	100,00	86.604	100,00	9.775	100,00	22.286	100,00

Fonte: RAIS/MTE (1998/2010). Elaborado pelos autores.

De acordo com a Tabela 05, em 2010, o setor agropecuário apresentou significativo declínio em termos percentuais na participação dos trabalhadores que tinham até o ensino fundamental incompleto, ao passar de 85,57% em 1998 para 66,22% em 2010 no estado baiano. Em termos absolutos, verifica-se aumento do número desses trabalhadores, que passou de 42.814 em 1998 para 57.350 em 2010, sofrendo uma variação de 33,95%.

No caso do Ceará, eles passam em termos relativos de 73,00% para 55,71% no período estudado. Em valores absolutos, verifica-se aumento no número de trabalhadores, que passou de 7.136 em 1998 para 12.416, implicando uma variação de 73,99%. Tal movimento indica a substituição de trabalhadores menos escolarizados por aqueles mais especializados, resultado do aumento da seletividade na contratação da mão-de-obra devido incorporação de novos métodos de organização da produção e do trabalho.

Para os trabalhadores formais situados entre fundamental completo até superior incompleto aconteceu significativos aumentos em termos absolutos e relativos. No caso da Bahia, o estoque de empregados passou de 11,15% para 31,67% no período 1998/2010. Para o Ceará essa participação relativa aumentou de 21,2% para 42,36% no período estudado.

Para a mão-de-obra que se situa no ensino superior completo, no caso da Bahia registra um declínio em termos relativos, eles passam de 1,92% em 1998 para 1,66% em 2010. Em termos absolutos ocorre um aumento de 960 para 1.441 no período em destaque, sofrendo variação de 50,10%. No caso do Ceará, diferente da Bahia, registra-se uma queda no número de trabalhadores com ensino superior completo tanto em números absolutos quanto relativos. Em 1998 registra-se 554 trabalhadores, caindo em 2010 para 422, implicando uma variação negativa de 23,83%. Em termos relativos o declínio passa de 5,67% para 1,89% no recorte temporal analisado.

4.1.6- Tempo de Serviço

Em relação ao tempo de permanência dos trabalhadores formais no setor agropecuário, em 1998 37,16% dos ocupados estão por menos de 01 ano na Bahia, aumentando para 43,08% em 2010; e no Ceará eles passam de 35,12% em 1998 para 44,64% em 2010. Apesar do elevado aumento da rotatividade da mão-de-obra nos estados em estudo, percebe-se que os trabalhadores na agropecuária cearense estão mais suscetíveis a sazonalidade do que no estado baiano.

Tabela 06: Distribuição dos trabalhadores formais no setor agropecuário, segundo tempo de serviço: Bahia e Ceará-1998/2010

Tempo de serviço	BA				CE			
	1998	(%)	2010	(%)	1998	(%)	2010	(%)

Menos de 01 ano	18.591	37,16	37.305	43,08	3.433	35,12	9.945	44,64
01 a menos de 03 anos	14.021	28,02	23.227	26,82	2.392	24,47	5.910	26,53
03 a menos de 05 anos	6.413	12,82	9.896	11,43	2.294	23,48	2.331	10,46
05 ou mais	10.987	21,96	16.160	18,66	1.655	16,93	4.094	18,38
Ignorado	22	0,04	16	0,02	01	0,01	0	0,00
TOTAL	50.034	100,00	86.604	100,00	9.775	100,00	22.280	100,00

Fonte: RAIS/MTE (1998/2010). Elaborado pelos autores.

Em relação aos ocupados formais há 05 anos ou mais na agropecuária, se observa na Bahia 21,96% trabalhadores em 1998, e que essa participação vem a se reduzir para 18,66% em 2010; e no Ceará, prevalecendo uma taxa menor do que a Bahia, eles passam de 18,66% para 18,38% no período em estudo.

Em outros termos, a modernização da agricultura tem proporcionado não apenas uma menor expansão (ou até mesmo uma redução) dos níveis de emprego, mas, sobretudo um grande aumento do trabalho temporário no setor agrícola, através da flutuação sazonal e cíclica da economia e das estratégias de redução do custo salarial (GRAZIANO DA SILVA, 1999; TEIXEIRA, 2005).

Em face deste contexto, as modificações apresentadas na dinâmica econômica do mundo do trabalho, com os novos métodos de organização da produção e do trabalho e avanço tecnológico deixou-se refletir sobre as relações de trabalho e sobre o nível de sazonalidade do emprego formal (BELIK *ET AL*, 2003; GRAZIANO DA SILVA, 2001).

4.1.7- Remuneração de Trabalhadores

O Brasil, desde seus primórdios, possui um histórico de concentração de renda, principalmente na região Nordeste, graças ao retardamento no seu processo de industrialização e modernização agrícola. Dessa forma, os Estados da Bahia e Ceará seguem semelhante trajetória concentradora (ARAÚJO, 2000).

No que tange a remuneração da mão-de-obra formal no setor agropecuário, verificou-se no estado baiano queda nos rendimentos dos ocupados que ganhavam até 01 salário mínimo, passando de 45,00% em 1998 para 35,48% em 2010, no entanto nas faixas compreendidas em mais de 01 a 05 salários mínimos constata-se aumento no número de trabalhadores a usufruírem tais rendimentos, indicando uma maior distribuição nos rendimentos do trabalho para o setor em estudo.

Tabela 07: Total de trabalhadores formais no setor agropecuário, segundo faixa de remuneração: Bahia e Ceará-1998/2010

Rendimento em	BA	CE
---------------	----	----

(SM)	1998	(%)	2010	(%)	1998	(%)	2010	(%)
Até 01 SM	22.516	45,00	30.728	35,48	2.084	21,32	5.694	25,56
Mais de 01 a 02 SM	19.465	38,90	40.552	46,82	4.798	49,08	14.498	65,07
Mais de 02 a 03 SM	3.404	6,80	7.455	8,61	850	8,69	993	4,46
Mais de 03 a 05 SM	1.957	3,91	3.597	4,15	490	5,01	350	1,57
Mais de 05 a 10 SM	1.117	2,33	1.500	1,73	520	5,32	173	0,78
Mais de 10 a 20 SM	672	1,34	287	0,33	423	4,33	66	0,29
Mais de 20 SM	282	0,56	75	0,09	296	3,03	19	0,08
Sem declaração	571	1,14	2.410	2,79	323	3,30	487	2,19
TOTAL	50.034	100,00	86.604	100,00	9775	100,00	22.280	100,00

Fonte: RAIS/MTE (1998/2010). Elaborado pelos autores.

Com suporte na Tabela 07, verificou-se para os ocupados formais na agropecuária cearense, empobrecimento dos trabalhadores no período em estudo, tanto pelo aumento daqueles que ganhava até 02 salários mínimos quanto pela redução dos que estavam localizados nas demais faixas de rendimentos. Em 2010, a precarização aumenta no estado do Ceará, ao verificar aumento percentual dos ocupados formais que ganhavam até 02 salários mínimos ampliando-se significativamente de 70,4% em 1998 para 90,63% em 2010. Para aqueles que ganhavam acima de 03 salários mínimos no Ceará houve significativa redução na proporção de trabalhadores concentrados nessas faixas de rendimento em estudo, sendo que em 1998, os ocupados formais ganhavam acima de 03 salários mínimos passa de 20,99% em 1998, caindo para 4,91% em 2010.

Essa ótica torna-se conflitante para os ocupados formais no setor agropecuário do Ceará, dado que seus trabalhadores no período 1998/2010 melhoraram seu nível de qualificação, e os dados empíricos mostraram redução no nível de rendimento desses trabalhadores³, indicando que, mesmo com aumento da produtividade, identifica-se uma possível redução na participação do salário e dos rendimentos do trabalho no produto da economia.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados mostram que os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Emprego (MTE) que subsidiam variáveis concernentes ao mercado de trabalho

³ Percebe-se dessa forma que a conjuntura do emprego formal agropecuário segue em contramão a teoria de capital humano, que segundo Sandroni (2003), indivíduos mais escolarizados obtêm retornos financeiros mais elevados, em virtude da aquisição em educação proporcionar elevação da renda do indivíduo, o que eleva a produtividade e age como um processo de seleção para o mercado de trabalho.

formal brasileiro, foram de significativa importância para traçar, e comparar o perfil socioeconômico dos ocupados formais no setor agropecuário dos estados da Bahia e Ceará.

Apesar das limitações, uma vez que evidencia apenas os postos formais de trabalho, não compromete a contribuição dada pela investigação em curso, visto que os resultados obtidos foram suficientes para informar as principais características dos trabalhadores formais no setor e nas unidades federativas em estudo.

Mesmo não sendo um setor de grande destaque, no que tange a participação no número de estabelecimentos e emprego formal, em comparação ao setor terciário, o setor agropecuário passou por configurações nas relações produtivas evidenciadas, assim, em todos os segmentos intensivos e em mão-de-obra que foram marcados pela inserção neoliberal no processo produtivo, em que, o avanço tecnológico provocou intensa precariedade e seletividade dos ocupados em segmentos denominados como tradicionais.

Diante da pequena participação da mão-de-obra feminina nos postos formais de trabalho na agropecuária, predominam em ambos os estados analisados a demanda por trabalhadores do sexo masculino com idade entre 30 a 39 anos.

O que se constatou pesquisa foi uma intensa precarização do setor agropecuário formal em ambos os Estados, em que, fica evidente que a mecanização do trabalho agrícola provocou intensa seletividade por sexo, faixa etária, grau de instrução e tempo de serviço. Ademais, ocorreu uma relativa desvalorização salarial, mesmo no contexto de melhora da escolaridade formal.

Dessa forma, sugere-se que trabalhos futuros ampliem o recorte geográfico do estudo, procurando outras variáveis que caracterizem o perfil socioeconômico do trabalhador formal alocado no setor agropecuário. Além do mais, recomenda-se uma agenda que contemple o trabalhador rural do Nordeste brasileiro, de modo que não seja vítima da flutuação sazonal da atividade econômica imposta pelos princípios neoliberais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. B. *Nordeste, Nordestes. Que Nordeste?* Ensaios sobre o desenvolvimento econômico brasileiro: heranças e urgências: Rio de Janeiro: Fase, 2000.

ARRAIS, A. K. M; *ET AL* . Mercado de trabalho formal na indústria: comparativo entre as regiões Nordeste e Sudeste nos anos de 1994 e 2004. In: II Encontro Internacional Trabalho e Formação de Trabalhadores. *Anais...* Fortaleza: LABOR/UFC, 2008.

BALSADI, O. V. Evolução das Ocupações e do emprego na agropecuária no Centro-Oeste brasileiro no período de 2001-2005. *Informações Econômicas*, SP, v. 39, n. 1, jan, p. 32-40, 2009.



BELIK, W.; ET AL. *O emprego rural nos anos 90*. In: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W (orgs.), Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil dos anos 90. São Paulo/ Campinas, UNESP/ Instituto de Economia da Unicamp, 2003, p. 153- 198.

BOLETIM DO BANCO CENTRAL. *Relatório anual*. Brasília, v. 46, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

(MTE). <<http://www.mte.gov.br>>.

BRITO, J. C. F. *O impacto da modernização na agricultura no período 1970 a 1985*. Monografia de Graduação em Ciências Econômicas. Crato-CE: Universidade Regional do Cariri, 1999.

CARNEIRO, R. Relações de produção e emprego na agricultura do Nordeste. *Revista de Economia Política*, v. 2/1. n.5, jan/mar, 1982.

CARVALHO, J. A. M. de. *Crescimento populacional e estrutura demográfica no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG/ Cedeplar. Texto para discussão. n. 227,18 p, 2004.

FIORI, T. P.; XAVIER SOBRINHO, G. G. F. Trajetórias do emprego formal no Rio Grande do Sul em 2011: uma análise a partir dos dados da RAIS e do CAGED. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 103-114, 2012.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. Quinta edição. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

GOMES, I. R. Globalização e novas regiões produtivas no Nordeste brasileiro. *Mercator- Revista de Geografia da UFC*. Fortaleza. v. 9. n. 20, set-dez/2010. p. 57-74.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2 ed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. Campinas, São Paulo: UNICAMP IE, (coleção pesquisas 1), 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.15, n.43, p.37-50, 2001.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELOS, A. S.; TONETO Jr., R.. *Economia brasileira contemporânea*, 4 ed., São Paulo: Atlas, 2002.

GTDN. GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE: uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. In: ALENCAR JÚNIOR. José Sydrão de (org.). *Celso Furtado e o desenvolvimento regional*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

INTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Microdados do Censo Demográfico de 2010*. 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05/06/2017.

LICIO, E. C. *Programa de erradicação do trabalho infantil*. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documento/20experiencias2001>>. Acesso em Agos de 2015.

LIMA JÚNIOR, F. O. *Estrutura produtiva e rede urbana no Estado do Ceará durante o período de 1980-2010*. Campinas, SP: UNICAMP IE, 2014, 264p (Tese de Doutorado).

LIMA, J . P. R. Traços gerais do desenvolvimento recente da economia do Nordeste. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 36, n. 1, jan-mar. 2005.

MACAMBIRA, J E SANTOS, S. M. *Brasil e Nordeste: ocupação, desemprego e desigualdade*. Banco do Nordeste do Brasil. Fortaleza, 2007.



MULLER, G. Agricultura e industrialização do campo no Brasil. *Revista de Economia Política*. – São Paulo, 212 (6): 47-67, abr/jun. 1982.

PACHECO, C. A. *Fragmentação da nação*. Campinas, SP: UNICAMP IE, 1998.

SANDRONI, P. *Novíssimo Dicionário de Economia*. 12 ed. São Paulo: Best Seller, 2003.

SANTOS, L. M.; MOREIRA, I. T.. Condições do mercado de trabalho no setor de serviços no Nordeste. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP. Anais... Caxambu – MG. 2006.

SILVA FILHO, L. A da . QUEIROZ, S.N. de. Errantes do século XXI: de construtores a vítimas de trabalho precário. *In: Revista de Economia*, v. 40, n. 1 (ano 38), p. 165-190, jan/abr, 2014.

SOUSA, E. P. *Impactos da formação especial de preços na fruticultura irrigada do Ceará*. Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada da UFV. Viçosa, MG: 2010 (Tese de Doutorado).

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, 2 (2): 21-42, 2005.

VALE, F. F. R; SILVA FILHO, L.A; SILVA, J. L. M. Modernização agrícola e emprego formal: notas para o Ceará, Pernambuco, Nordeste e Brasil. V Encontro SOBER Nordeste. *Anais...* Crato-CE, 2010.

VALOIS, I. S. *Caminhos da convergência da renda agropecuária no Brasil- uma análise a partir do processo de markov de primeira ordem para o período de 1996 a 2009*. 94 f. Dissertação de mestrado em Economia Rural- Mestrado Acadêmico em Economia Rural MAER- Universidade Federal do Ceará- UFC, Fortaleza, 2012.